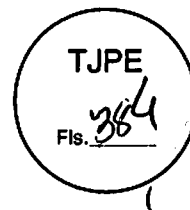




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 130-19.2007.8.17.0770 (258278-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: USINA CENTRAL OLHO D'ÁGUA S/A
APELADOS: JOSÉ GUEDES DA SILVA CARDOSO e ROSA MARIA DA SILVA XAVIER

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRELIMINARES DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ADESIVO E DE NULIDADE DA DECISÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REJEIÇÃO. MÉRITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALECIMENTO DE MENOR EM RAZÃO DE QUEIMADURAS APÓS CONTATO COM "TORTAS DE CANA DE AÇÚCAR". NEGLIGÊNCIA E IMPRUDÊNCIA DA APELANTE. CULPA CONCORRENTE DO ADULTO RESPONSÁVEL PELO MENOR NO MOMENTO DO ACIDENTE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO REDUZIDA. DANOS MATERIAIS CARACTERIZADOS. PENSÃO MENSAL MANTIDA. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDOS.

- Na situação em tela, o Recurso Adesivo foi ratificado. Ademais, mesmo se não tivesse havido a aludida ratificação, o Adesivo mereceria admissão, afinal a interposição do recurso antes do início do prazo demonstra diligência para com o andamento da lide, não podendo legitimar a aplicação de uma pena ao Recorrente. Preliminar de intempestividade do Recurso Adesivo rejeitada;

18m



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

- A decisão que acolheu parcialmente os embargos declaratórios apenas corrigiu erro material contido na sentença, no tocante à base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais. Em situações desse jaez, o equívoco pode ser corrigido de ofício e, no caso de manejo de embargos declaratórios, não se faz necessária a intimação da parte adversa para responder ao recurso. Precedentes do C. STJ. Preliminar de nulidade da decisão dos embargos declaratórios rejeitada;
- Mérito. Por possuir temperatura elevada e ser passível de combustão, o resíduo de cana de açúcar deve ser descartado de forma segura, com sinalização adequada e protegida do acesso de transeuntes;
- Na hipótese em questão, restam caracterizadas a negligência e a imprudência da Apelante, afinal os procedimentos de segurança, tais como o isolamento do local e a fixação de placas indicando o perigo, não foram observados, o que expôs os transeuntes à situação de risco;
- Nada obstante, fica configurada também a culpa concorrente do adulto responsável pelo menor no momento do acidente, porquanto ele não teve o cuidado necessário, permitindo que a criança saísse do seu campo de visão, ingressasse no canavial e entrasse em contato com a substância nociva;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 385

- Em relação aos danos morais suportados pelos pais em virtude da morte do menor, a jurisprudência do C. STJ já sedimentou ser desnecessária a prova do sofrimento, pois o dano decorre do próprio fato (*in re ipsa*);

- A indenização por dano moral deve observar a situação econômica das partes envolvidas, a gravidade do dano e o duplice escopo da reparação - satisfativo e pedagógico;

- No caso dos autos, levando em consideração a culpa concorrente da pessoa responsável pelo menor no momento do acidente, a indenização deve ser reduzida para o importe de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), incidindo correção monetária a partir do arbitramento e juros moratórios desde o evento danoso (súmula 54 do C. STJ);

- No pertinente aos danos materiais, é de se presumir a contribuição que o filho daria para o sustento de seus pais, mormente por se tratar de família de baixa renda;

- Manutenção da pensão mensal fixada na sentença, correspondente a 2/3 (dois terços) do salário mínimo, devida da data em que o menor faria 16 (dezesseis) anos até o dia em que completaria 25 (vinte e cinco) anos, nos termos do pedido inaugural;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

- Os honorários advocatícios sucumbenciais devem incidir sobre o total da condenação, e não sobre as parcelas indenizatórias isoladamente consideradas;
- Apelo e Recurso Adesivo parcialmente providos.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Magistrados integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR** as preliminares de intempestividade do Recurso Adesivo e de nulidade da decisão dos embargos declaratórios, e no mérito, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** à Apelação e ao Recurso Adesivo, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife,


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 130-19.2007.8.17.0770 (258278-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: USINA CENTRAL OLHO D'ÁGUA S/A
APELADOS: JOSÉ GUEDES DA SILVA CARDOSO e ROSA MARIA DA SILVA XAVIER

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Apelação interposta contra sentença (fls. 211/218) - integrada pela decisão dos embargos declaratórios (fl. 253) - proferida em Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, a qual *julgou parcialmente procedente o pedido*, condenando a Ré, aqui Apelante, a indenizar os Autores, agora Apelados, pela morte de seu filho menor, nos seguintes valores: (i) R\$100.000,00 (cem mil reais) pelos danos morais, incidindo correção monetária e juros moratórios a partir do arbitramento; e (ii) pensão mensal pelos danos materiais, no patamar de 2/3 (dois terços) do salário mínimo, devida da data em que o menor faria 16 (dezesseis) anos até o dia em que completaria 25 (vinte e cinco) anos.

A i. Magistrada de piso ainda condenou a Apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o somatório das 2 (duas) condenações.

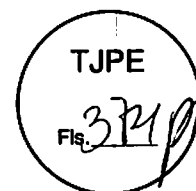
Na sentença, a MM Juíza a quo entendeu configurada a imprudência da Apelante, a justificar sua responsabilização pelo falecimento do filho dos Apelados. Conforme anotado no *decisum*, a Apelante despejou substâncias perigosas, conhecidas como "tortas de cana de açúcar", em locais abertos ao público, mais precisamente nas proximidades de canaviais e nos acostamentos de estradas carroçáveis e de rodovias que cortam a região de Itambé - PE.

De acordo com a togada singular, a inobservância pela Apelante dos procedimentos de segurança necessários para o descarte adequado das "tortas de cana de açúcar" pôs em risco a integridade física dos transeuntes e possibilitou que o filho dos Apelados - uma criança de 6 (seis) anos de idade -, desafortunadamente, entrasse em contato com o material nocivo e sofresse queimaduras de 1º e 2º grau em mais de 40% (quarenta por cento) do corpo, vindo a óbito. Por este motivo, julgou procedente, em parte, o pedido indenizatório.

Nas razões recursais (fls. 304/333), a Apelante suscita preliminar de nulidade da decisão que julgou os embargos declaratórios manejados pelos Apelados contra a sentença, seja por conta da intempestividade dos aludidos aclaratórios, seja em virtude da ofensa ao princípio do contraditório, visto não ter sido intimada para apresentar resposta àquele recurso.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Carneiro de Moraes



No mérito, alega as seguintes teses: (i) responsabilidade exclusiva do tio do menor, o qual permitiu que este transitasse por dentro de um canavial - área de acesso restrito, inapropriada para a circulação de pessoas; (ii) ausência de ilegalidade na utilização das "tortas de cana de açúcar" como adubo orgânico nos limites de sua propriedade; (iii) cumprimento das medidas de segurança, inclusive com a fixação de placas advertindo sobre os perigos; (iv) não cabimento da pensão mensal, já que não há certeza de que no futuro o menor contribuiria com as despesas domésticas; (v) inexistência de danos morais e, no caso de sua confirmação, redução da indenização respectiva; e (vi) necessidade de os honorários advocatícios sucumbenciais incidirem apenas sobre o somatório das parcelas vencidas e de 12 (doze) das vincendas, da forma requerida nos embargos de declaração, e não sobre o total da condenação.

Ao final, pugna pelo acolhimento da preliminar, para anulação da decisão que julgou os embargos de declaração, retornando-se os autos ao 1º grau, para observância do contraditório. No mérito, requer o provimento do recurso, para improcedência da demanda originária ou, pelo menos, para redução da indenização por danos morais.

Nas contrarrazões (fls. 334/337), os Apelados pugnam pela rejeição da prefacial e pela manutenção da sentença.


3 *8m*

Por sua vez, através de Recurso Adesivo (fls. 263/266), requerem que os juros moratórios sobre a indenização por danos morais incidam a partir do evento danoso, nos termos da súmula 54 do C. STJ.

Nas contrarrazões ao Adesivo (fls. 356/361), a Apelante suscita *preliminar de intempestividade deste recurso*, pois não teria ocorrido a ratificação após o julgamento dos embargos de declaração opostos contra a sentença. No mérito, defende a incidência de juros moratórios a partir do arbitramento da indenização, e não desde o evento danoso.

É o relatório, no essencial. À Revisão.

Recife,


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

2ª CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL 130-19.2007.8.17.0770 (258278-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: USINA CENTRAL OLHO D'ÁGUA S/A
APELADOS: JOSÉ GUEDES DA SILVA CARDOSO e ROSA MARIA DA SILVA XAVIER

V O T O

PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ADESIVO

A Apelante assevera que o Recurso Adesivo seria *extemporâneo*, porquanto apresentado antes do julgamento dos aclaratórios e não ratificado posteriormente.

De plano, entendo não merecer guarida a prefacial.

Na situação em tela, após o julgamento dos embargos declaratórios, a Apelante reiterou suas razões de apelação (fls. 304/333). Em sequência, os Apelados renovaram as contrarrazões (fls. 334/337) e, nesta mesma peça, ratificaram o Recurso Adesivo já constante dos autos (fls. 263/266).

Desse modo, não há que se falar em ausência de ratificação do Adesivo.

Lado outro, mesmo se não tivesse havido a aludida ratificação, o Adesivo mereceria admissão, afinal a interposição do recurso antes do início do prazo demonstra diligência para com o andamento da lide, não podendo legitimar a aplicação de uma pena ao Recorrente.

Neste eito, o único "risco" a que a parte se submeteria seria a possibilidade de *incompatibilidade parcial* entre suas razões e o ato impugnado, na hipótese da sentença integrativa acolher totalmente as razões dos aclaratórios.

Portanto, a ausência de ratificação não acarretaria, por si só, a intempestividade do recurso, inobstante entendimento jurisprudencial em sentido contrário¹.

Isto posto, **REJEITO** a prefacial de intempestividade do Recurso Adesivo.

É como voto.

Recife,


Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

¹ Súmula 418 do Superior Tribunal de Justiça: "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação" (g.n.).
AC 258278-9 - 1 - 07/13



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. 387

PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Nesta prefacial, a Apelante sustenta a nulidade da decisão que julgou e acolheu parcialmente os embargos declaratórios opostos contra a sentença, seja por conta da intempestividade dos aludidos aclaratórios, seja em virtude da ofensa ao princípio do contraditório, visto não ter sido intimada para apresentar resposta àquele recurso.

Compulsando os autos, constato não merecer amparo a preliminar, afinal a decisão que acolheu parcialmente os embargos declaratórios (fls. 253) apenas corrigiu erro material contido na sentença, no tocante à base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais. A i. togada a quo esclareceu que a referida verba deveria incidir sobre o total da condenação, e não apenas sobre a indenização por danos morais, como disposto na sentença embargada.

Em situações desse jaez, o equívoco pode ser corrigido de ofício e, no caso de manejo de embargos declaratórios, não se faz necessária a intimação da parte adversa para responder ao recurso, como se vê dos precedentes abaixo transcritos do C. STJ, com grifos nossos:

.....

PROCESSO CIVIL, CIVIL E COMERCIAL. DECISÃO POR FUNDAMENTO JURÍDICO DIVERSO DO ALEGADO NA PETIÇÃO INICIAL. JULGAMENTO EXTRA OU ULTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. APELAÇÃO EFEITO DEVOLUTIVO. EXTENSÃO E PROFUNDIDADE. DISTINÇÃO.

AC 258278-9 - 1 - 07/13

3

gm

RESPONSABILIDADE CIVIL. PESSOA JURÍDICA. ATOS LEGITIMAMENTE PRATICADOS. CONCORRÊNCIA DE CULPAS. CAUSALIDADE ADEQUADA. CHEQUE TB. ENDOSSO. IMPOSSIBILIDADE. CHEQUE ADMINISTRATIVO. VERIFICAÇÃO DA LEGITIMIDADE DO ENDOSSANTE. DEVER DO BANCO SACADO E DO BANCO INTERCALAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO. INTIMAÇÃO DA PARTE ADVERSA. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO POR DECISÃO UNIPESSOAL. ANULAÇÃO DA DECISÃO, COM RETORNO DO PROCESSO À ORIGEM. NÃO CABIMENTO. PREVALÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E DA CELERIDADE DO PROCESSO. (...). - Não se configura cerceamento de defesa ou afronta aos princípios do contraditório e do devido processo legal a ausência de intimação da parte adversa, quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material, sem que haja fato novo trazido unilateralmente pela parte contrária. Precedentes. (...). Recursos especiais a que se nega provimento. (REsp 1007692/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, j. 17/08/10).

.....

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO. QUANTUM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. INTIMAÇÃO DA PARTE ADVERSA. SÚMULAS 282 E 356/STF E 7/STJ. ART. 255 DO RISTJ. 1. Não se configura cerceamento de defesa ou afronta aos princípios do contraditório e do devido processo legal a ausência de intimação da parte adversa, quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material, sem que haja fato novo trazido unilateralmente pela parte contrária. (...) 5. Recurso especial não conhecido. (REsp 698.349/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, j. 12/12/06).

.....

Ante o exposto, voto pela **REJEIÇÃO** da preliminar.

Recife,

021073

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

MÉRITO

Ultrapassadas as preliminares, registro centrar-se a lide na responsabilidade da Apelante pela morte do filho dos Apelados, em virtude das queimaduras sofridas após cair, em uma "torta de cana de açúcar" que havia sido despejada na propriedade da primeira.

Desde já, entendo caracterizada a negligência e a imprudência da Apelante no manejo do resíduo da cana de açúcar. Por conta de sua temperatura elevada e sua natural aptidão para a combustão, o material em questão deveria ter sido descartado de forma segura, com sinalização adequada e longe do acesso de transeuntes.

Ora, na situação em tela, as testemunhas ouvidas no 1º grau destacaram a ausência de sinalização no local do acidente, bem como a inexistência de cerca isolando a área onde se localizava a substância nociva.

Além disso, salientaram a proximidade entre a estrada e a área onde o material perigoso foi despejado. É o que se depreende das declarações adiante transcritas, com grifos nossos:

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. _____

“Que no dia dos fatos o filho dos requerentes pediu para acompanhar o depoente enquanto este ia buscar ração para o animal (...); Que foram pegar a ração e, na volta, o menino vinha andando ao lado do depoente quando se afastou um pouco e quando o depoente viu já estava chamando pelo depoente para tirá-lo de dentro do material que estava queimando; Que o material estava uns 6 metros para dentro do canal al e que não havia qualquer placa de perigo no local onde o menor se queimou (...); Que não tinha qualquer cerca protegendo a área onde o menor entrou, que havia apenas o canal al (...); Que não permitiu que a criança fosse brincar no canal al, mas que a criança passou pelo depoente e entrou no canal al sem sua permissão”. (PEDRO ALVES DE MOREIRA, fls. 123).

.....

“Que o filho do casal caiu em cima de uma torta, com os pés e com as mãos, se queimou e veio a falecer; Que as tortas estavam na beira da estrada; Que não havia qualquer cerca protegendo essas tortas; Que não havia qualquer placa indicando que o material fosse perigoso (...); Que tem conhecimento que outras pessoas já foram vítimas de acidentes desta natureza, inclusive o próprio filho da declarante; Que pouco tempo depois a Usina tirou o material do local”. (MARIA DAS DORES DE MENEZES, fls. 124).

.....

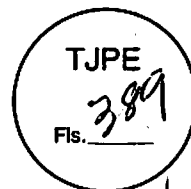
“(…) que não havia qualquer cerca protegendo o local do acidente, sem placa indicando o local perigoso; Que as tortas estavam derrubadas uma parte no canal al e outra na beira da estrada”. (MARIA JOSÉ DA SILVA, fls. 124).

.....

“Que trabalha na parte ré desde dezembro de 2000; Que é agrônomo da ré; Que a torta é matéria orgânica; Que essa matéria orgânica surge após o processamento da cana, quando o caldo da cana é filtrado; Que a torta é exatamente material retido no filtro; Que a torta em si não causa lesões às pessoas; Que acredita que no caso dos autos a torta possa ter entrado em combustão (...); Que a torta é usada como adubo orgânico em substituição ao adubo químico; Que normalmente é jogada no meio da área ou no início para depois ser distribuída em toda a plantação (...); Que a Usina apenas coloca torta nas áreas de lavouras ou nas áreas controladas; Que a área controlada é cercada de portões; Que a área onde aconteceu a queimadura da vítima era de lavoura e não era cercada porque não tem como cercar toda a lavoura por ser área muito grande (...); Que tem conhecimento que ocorreram outros acidentes com a torta mas não foram no mesmo local”. (HENRIQUE SÉRGIO ANTUNES DE BRITO, fls. 141/142).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



.....

Como se vê, o próprio empregado da Apelante reconhece a ausência de cercas isolando a área onde o material perigoso foi despejado.

Nestas condições, considero indiscutível a responsabilidade da Apelante pelo evento danoso, afinal, com a sua conduta, ela colocou os transeuntes em situação de risco, permitindo o contato dos mesmos com o material nocivo.

Os procedimentos de segurança, tais como o isolamento do local e a fixação de placas indicando o perigo, não foram implementados.

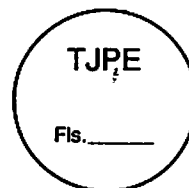
Nada obstante, não há como olvidar a culpa concorrente do adulto sob cuja responsabilidade a criança se encontrava no momento do acidente.

Como é cediço, os pais ou responsáveis devem vigiar as atitudes dos menores, acompanhando atentamente suas ações e procurando prever eventuais condutas repentinas.

78m



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



No caso em tela, o Sr. Pedro Alves de Moreira - tio por consideração do menor - não teve o cuidado necessário para a ocasião, permitindo que a criança saísse do seu campo de visão, ingressasse no canavial e entrasse em contato com o material nocivo.

Como estava em uma região cercada por canaviais, o responsável deveria ter redobrado a atenção, tendo a criança sempre ao seu lado. Ao não adotar o cuidado necessário, acabou contribuindo para o evento danoso.

Destarte, visualiza-se, na hipótese, a culpa concorrente do adulto que acompanhava o menor do momento do acidente. Tal circunstância, contudo, apenas atua a responsabilidade da Apelante, a qual permanece obrigada a indenizar os danos suportados pelos pais do falecido.

Em relação aos danos morais pela morte do menor, a jurisprudência do C. STJ já sedimentou ser desnecessária a prova do sofrimento, pois o dano, no caso, decorre do próprio fato, senão vejamos:

.....

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL SOFRIDO POR FILHOS CASADOS EM DECORRÊNCIA DA MORTE DE SUA GENITORA. DANO MORAL IN RE IPSA.



RESPONSABILIDADE PELO ACIDENTE E CONFIGURAÇÃO DOS DANOS MORAIS. SÚMULA 7/STJ. (...). 3.- Quanto ao dano moral, em si mesmo, não há falar em prova; o que se deve comprovar é o fato que gerou a dor, o sofrimento. Provado o fato, impõe-se a condenação, pois, nesses casos, em regra, considera-se o dano in re ipsa. 4.- A respeito da configuração do dano moral sofrido por filhos casados em decorrência de morte de seus genitores e/ou irmãos, o entendimento desta Corte é de que estes são presumidos, não importando esta circunstância, "porquanto os laços afetivos na linha direta e colateral, por óbvio, não desaparecem em face do matrimônio daqueles que perderam seus entes queridos." (REsp 330.288/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJ 26/08/2002). (...). 6.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 259.222/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 28/02/2013) (g.n.).

.....

No tocante ao quantum da indenização por danos morais, cabe ao juiz arbitrar uma quantia compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a gravidade do dano e a repercussão da ofensa, devendo esse valor ser moderado e equitativo, para não se converter o sofrimento em indevida captação de lucro.

Em sendo assim, a reparação deve ser arbitrada em valores razoáveis, como se infere do acórdão de lavra do eminente Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, abaixo colacionado, *litteris*:

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. DANO MORAL. ARBITRAMENTO NA INSTÂNCIA ESPECIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PROTESTO INDEVIDO. INDENIZAÇÃO. HONORÁRIOS. ART. 20, § 3º, CPC. RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO. I - A indenização por dano moral deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao porte empresarial das partes, às suas atividades comerciais e, ainda, ao valor do negócio. Há de orientar-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual e às peculiaridades de cada caso. II - Protestados os títulos no valor de R\$ 666,02, tem-se por excessivo o quantum arbitrado, em cem vezes esse valor, sendo razoável a sua redução ao montante de vinte (20) vezes, como fixado em primeiro grau. III - Com a redução da indenização, resta prejudicado o pedido de redução do percentual dos honorários sobre o valor condenatório. (STJ – Resp. 205268/SP 1999/0017225-6, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, Julgado em 08/06/99) (g.n).

.....

Neste contexto, levando em conta a culpa concorrente da pessoa responsável pelo menor no momento do acidente, reduzo a indenização por danos morais para o importe de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) para cada Apelado, totalizando R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

A correção monetária deve incidir a partir desta data e os juros moratórios, desde o evento danoso, consoante a jurisprudência dominante do C. STJ, *litteris*:

.....



RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DE FILHO. DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR IRRISÓRIO. ADEQUAÇÃO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. ENUNCIADOS 54 E 362 DA SÚMULA DO STJ. (...). 4. Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios incidem desde o evento danoso, inclusive sobre o valor dos danos morais. Enunciado 54 da Súmula do STJ. 5. A correção monetária deve incidir a partir da fixação de valor definitivo para a indenização do dano moral. Enunciado 362 da Súmula do STJ. 6. Recurso especial parcialmente provido. (Resp 1139612/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2011, Dje 23/03/2011) (g.n.).

.....

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANOS MORAIS - MORTE DE FILHO DA AUTORA - PENSÃO POR MORTE - CONVICÇÃO DECORRENTE DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - REEXAME - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - JUROS MORATÓRIOS - TERMO INICIAL - DATA DO EVENTO DANOSO - AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. (...). 4.- No que diz respeito ao termo inicial de incidência dos juros moratórios, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que incidem, desde o evento danoso, em casos de responsabilidade extracontratual, hipótese observada no caso em tela. 5.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 167.040/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/04/13) (g.n.).

.....

No tocante aos danos materiais, é de se presumir a contribuição que o filho daria para o sustento de seus pais, mormente por se tratar de família de baixa renda. Outra não é a orientação do C. STJ, como se infere dos arestos abaixo:

.....

OGM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fis. _____

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. **RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE DE FILHA MENOR. PENSÃO DEVIDA AOS PAIS.** TERMO INICIAL. TERMO FINAL. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. 1. **Tratando-se de família de baixa renda, presume-se que o filho contribuiria para o sustento de seus pais, quando tivesse idade para passar a exercer trabalho remunerado, dano este passível de indenização.** (...). 3. Agravo regimental provido. Recurso especial conhecido e provido. (AgRg no Ag 1217064/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 08/05/2013) (g.n.).

.....

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE EM RODOVIA FEDERAL. MÁ CONSERVAÇÃO DE RODOVIA E PRECARIÉDDE DE SINALIZAÇÃO. PRESUNÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO NO SUSTENTO DA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. PENSÃO PÓS-MORTE EM FAVOR DOS GENITORES DA VÍTIMA. POSSIBILIDADE.** 1. **A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é devida a indenização de dano material consistente em pensionamento mensal aos genitores de menor falecido, ainda que este não exerça atividade remunerada, posto que se presume ajuda mútua entre os integrantes de famílias de baixa renda.** Precedentes: REsp 740.059/RJ, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 06/08/2007; REsp 1258756/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 29/05/2012; REsp 427.842/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 04/10/2004. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1228184/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 05/09/2012) (g.n.).

.....

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DO FILHO DOS AUTORES.** DANOS MORAIS. VALOR NÃO IRRISÓRIO. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO OBSTADA PELO ENTENDIMENTO DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DANOS MATERIAIS. MENOR QUE NÃO EXERCIA TRABALHO REMUNERADO. IRRELEVÂNCIA. (...) 4. **"Esta Corte tem reconhecido, continuamente, o direito dos pais ao pensionamento pela morte de filho, independente de este exercer ou não atividade laborativa, quando se trate de**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. 392

família de baixa renda, como na hipótese dos autos" (REsp 1133105/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 15/12/2009, DJe 18/12/2009). (...) 6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp 1109674/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 20/09/2010) (g.n.).

.....

Em situações desse jaez, a pensão mensal devida aos pais costuma ser fixada no correspondente a 2/3 (dois terços) do salário mínimo, deduzindo-se o 1/3 (um terço) restante, por se tratar de percentual destinado às despesas pessoais da vítima, conforme posicionamento da jurisprudência.

No que tange ao marco inicial da obrigação, entendo escoreita a fixação da pensão a partir da data em que o menor faria 16 (dezesesseis) anos de idade. De fato, pode-se presumir que nessa época o menor já estaria incluído no mercado de trabalho.

Noutro giro, embora fosse possível, em tese, a manutenção da pensão até a data da expectativa de vida dos Apelados, a exordial da demanda fixou outro limitador, qual seja, a data em que o menor completaria 25 (vinte e cinco) anos de idade (fls. 06).

Assim, diante do princípio da congruência entre o pedido e a prestação jurisdicional, a pensão deve ter como *dies ad quem* a data em que o menor completaria 25 (vinte e cinco) anos, não havendo motivo para reforma da sentença, neste ponto.

Por fim, registro que os honorários advocatícios sucumbenciais devem incidir sobre o total da condenação, e não sobre as parcelas indenizatórias isoladas.

Ante todo o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** à *Apelação* e ao *Recurso Adesivo*, para reduzir a indenização por danos morais para o importe de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), corrigido a partir da presente data e acrescido de juros moratórios desde o evento danoso.

No mais, mantém-se a sentença combatida.

É como voto.

Recife,


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

347
A

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0258278-9 – ITAMBÉ-PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 29 de agosto de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor